



Parlamentares de países do Brics podem criar assembleia

Proposta foi debatida ontem no 1º Fórum Parlamentar do bloco, em Moscou, que teve a participação do presidente do Senado, Renan Calheiros

Congressistas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul reuniram-se ontem, em Moscou, no 1º Fórum Parlamentar do Brics. No encontro, eles discutiram a criação de uma assembleia parlamentar para promover um contato permanente entre os Legislativos dos países-

membros. Também assinaram declaração conjunta em que, entre outros pontos, pedem mudanças no Conselho de Segurança da ONU. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, anunciaram a criação de comissão para acompanhar os temas do bloco. **3**

Renan Calheiros e Eduardo Cunha, ao lado de representantes dos demais países do Brics, em Moscou



Presidência do Senado

Debatedor vê negro como vítima do ajuste

Em audiência, o frei David Santos, da ONG Educafro, apontou que os cortes feitos pelo governo prejudicam o Fies e a Secretaria

da Igualdade Racial e, por consequência, a população pobre e negra. O governo não enviou nenhum representante para o debate. **5**



Pedro França/Agência Senado

Telmário Mota (C) conduz a audiência da Comissão de Direitos Humanos



Jonas Pereira/Agência Senado

Alunos de escola do DF: planos de educação pelo país não estão prontos

Só 3% das cidades têm plano de educação

Termina no dia 24 o prazo para que os estados e os municípios aprovelem seus planos de educação, conforme prevê o Plano

Nacional de Educação. Só três estados já têm o documento, e a maior parte das prefeituras ainda está na fase de elaboração. **8**

Arma potencializa mortes de jovens, dizem especialistas

Controle de armas de fogo e aperfeiçoamento de prática policial cidadã, são caminhos para reduzir o assassinato de jovens no Brasil, segundo representantes de entidades que ontem participaram de audiência pública na CPI, que investiga o problema. A maioria das vítimas são jovens, negros e moradores das periferias, segundo o Instituto Sou da Paz. **7**

Evento em Santa Catarina aponta problemas em texto da terceirização **4**

Plenário examina novo critério para adesão individual ao Simples **3**

Rombo de R\$ 5,6 bi no fundo Postalís é tema de audiência pública hoje **3**

Ministro da Educação explica a senadores cortes no Fies **5**

Comissão vota hoje MP que reajusta tabela do Imposto de Renda **6**

Jovem Senador



O projeto **Jovem Senador** traz 27 estudantes de todo o Brasil para vivenciar a atividade legislativa, debatendo e propondo projetos de lei. É o Senado unindo experiência e juventude para fortalecer a cidadania.

Secom | Publicidade e Marketing

senadogovbr/jovemsenador



Comissão debate gestão de fundos constitucionais

Os fundos foram criados para diminuir a desigualdade regional por meio de recursos para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para municípios de Minas e Espírito Santo abrangidos pela Sudene

A GESTÃO E a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte serão tema de audiência pública amanhã na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Foram convidados os presidentes do Banco do Brasil, Alexandre Corrêa Abreu; do Banco da Amazônia, Valmir Pedro Rossi; e do Banco do Nordeste, Marcos Holanda.

Os fundos constitucionais foram criados para diminuir a desigualdade regional no país por meio da oferta de recursos para o setor produtivo das Regiões Norte,

Nordeste e Centro-Oeste, e dos municípios incluídos na área de atuação da Sudene dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A audiência foi solicitada por Simone Tebet (PMDB-MS), que frisou no requerimento “a enorme relevância que possuem tais fundos de financiamento na superação das desigualdades sociais e regionais”. Para a parlamentar, é fundamental que o Senado conheça a evolução dos resultados obtidos pelas políticas de financiamento regional oferecidas pelos fundos constitucionais e que obtenha

maiores informações sobre as perspectivas e detalhes técnicos dessas operações.

A audiência está marcada para 9h, na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

ACOMPANHE E PARTICIPE

AMANHÃ, às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

▶ Twitter: @agencia_senado

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoTurismo>



Ano Vólpe/Senado Federal

Servidores participam da oficina Hortas Orgânicas em Pequenos Espaços, feita no Viveiro do Senado, que abriu os eventos da Casa em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no dia 5. Com a terra adubada e as mudas oferecidas, os servidores plantaram em garrafas pet e em saquinhos plásticos verduras como alface, salsa, pimenta-de-cheiro e manjeriço.

Bezerra participa de conferência sobre energia solar na Alemanha

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) participa, de hoje até quinta-feira, da Conferência Intersolar Europe 2015, em Munique, na Alemanha, como um dos representantes do Parlamento brasileiro.

O senador é convidado da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) que, na quinta-feira, promove seminário para atrair investimentos ao Brasil no segmento de painéis fotovoltaicos (captadores e armazenadores de energia solar). A conferência é uma das principais feiras do setor no mundo.

Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso (CMMC), Bezerra encontrou-se ontem com a deputada Bärbel Höhn, do Partido Verde alemão.

Bärber é presidente da Comissão de Meio Ambiente e vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha do Bundestag — o Parlamento alemão. A deputada antecipou ao senador que visitará o Brasil, no próximo ano, com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países nas áreas ambiental e de energias renováveis, principalmente solar, eólica e de biomassa.

Programa de Aceleração do Crescimento



Trecho da Ferrovia Transnordestina em Missão Velha, no Ceará: investimentos no Nordeste serão tema da audiência

Ana Amélia defende projetos para sistema penitenciário do país

Ana Amélia (PP-RS) disse em discurso ontem que o sistema prisional brasileiro está falido e a ressocialização dos presos é um fracasso. A senadora criticou a superlotação e as péssimas condições dos presídios e apontou a falta de investimento e o mau uso dos recursos pelos gestores públicos.

Ana Amélia é autora de projeto que proíbe o contingenciamento do Fundo Penitenciário Nacional. Segundo ela, nos últimos 13 anos, foi desembolsado pouco mais de R\$ 1 bilhão do total de R\$ 4,5 bilhões autorizados no Orçamento da União. Outro projeto da parlamentar limita o número de saídas temporárias dos presos, o chamado saído.

Capiberibe condena gastos da Assembleia do Amapá em viagens

João Capiberibe (PSB-AP) classificou como “escárnio e deboche” o fato de a Assembleia Legislativa do Amapá ter gasto mais de R\$ 17 milhões com diárias de viagens em 2013.

— Os 24 deputados da Assembleia Legislativa do Amapá gastaram R\$ 4,8 milhões a mais do que a soma da Presidência da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

O parlamentar também informou no Plenário que os gastos totais da assembleia em 2013 foram de R\$ 420 milhões. O senador perguntou de que forma é possível que os deputados amapaenses gastem tanto.

Malta diz que Parada do Orgulho Gay passou dos limites

Magno Malta (PR-ES) disse em discurso ontem que a Marcha do Orgulho Gay, realizada no domingo, “passou dos limites e semeou a intolerância e o desrespeito à liberdade religiosa”, ferindo princípios constitucionais e o Código Penal.

Ele relatou que participaram da marcha homens nus usando cruzes como tapa-sexo, enquanto um travesti preso a uma cruz, com coroa de espinhos e ensanguentado, fazia uma referência a Jesus.

O senador decidiu pedir ao Ministério Público Federal que entre na Justiça com uma queixa-crime ou peça a abertura de inquérito contra os organizadores do evento, que teve patrocínio da Caixa Econômica Federal e da Petrobras.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT Criação de fundo de investimento

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia analisa projeto sobre criação de fundo para investimentos em micros, pequenas e médias empresas.

CMA Postalis

9h30 A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor debate problemas no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis).

CE Ministro da Educação

10h Comissão de Educação recebe o ministro Renato Janine para debater cortes orçamentários no Fies e no Pronatec.

CMO Atas e relatórios

14h A Comissão Mista de Orçamento analisa atas e relatórios.

COMISSÃO Violência contra a mulher

14h Comissão mista analisa requerimentos e faz audiência para discutir a implantação das Casas da Mulher Brasileira no país e os avanços da Lei Maria da Penha.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, a PEC 33/2014, que inclui a segurança pública entre as obrigações de competência comum entre a União, os estados, o DF e os municípios.

CRE Embaixadores

14h30 A Comissão de Relações Exteriores aprecia indicações de embaixadores para México, Catar e Mauritânia.

MP 670/2015 Imposto de Renda

14h30 Comissão que analisa medida que dispõe sobre os valores da tabela do Imposto de Renda examina relatório.

MP 671/2015 Futebol

14h30 Comissão sobre MP que dispõe sobre gestão e responsabilidade fiscal do futebol brasileiro avalia relatório.

SUBCOMISSÃO Obras Inacabadas

15h30 A Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas se reúne para análise de requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

No 1º Fórum Parlamentar do bloco, em Moscou, eles defenderam reforma no Conselho de Segurança da ONU e criação de assembleia para contato permanente entre os Legislativos

Parlamentares do Brics assinam declaração

PARLAMENTARES DE BRASIL, Rússia, Índia, China e África do Sul assinaram ontem a 1ª Declaração do Brics no âmbito do Legislativo, durante o 1º Fórum Parlamentar do bloco, realizado em Moscou, Rússia. No documento, ficou acertado, entre outros pontos, que o grupo vai defender a reforma dos mecanismos globais de segurança — entre eles, o Conselho de Segurança da ONU.

No encontro, que acontece um mês antes da 7ª Cúpula do Brics, marcada para 8 e 9 de julho na cidade russa de Ufa, também foi discutida a criação de uma assembleia parlamentar do Brics para promoção de um contato permanente.

Em mensagem enviada ao Fórum, o presidente russo, Vladimir Putin, afirmou que estabelecer um diálogo direto e multilateral entre legisladores é um passo oportuno e importante no desenvolvimento do bloco e para aumentar a influência do Brics no cenário mundial.

Durante a reunião, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, anunciaram que será criada uma comissão mista para acompanhar os assuntos relacionados ao bloco econômico, em especial a implementação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), cujo capital autorizado inicial é da ordem de US\$ 100 bilhões.

A intenção é que esse colegiado se

reúna regularmente de forma preparatória para as reuniões anuais do bloco.

— A agenda comum precisa contemplar e incentivar, especificamente, a mudança da forma de atuação de organismos internacionais multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ou mesmo apresentar alternativas complementares a essas instituições — disse Cunha.

Para ele, uma atuação parlamentar no âmbito do Brics deve abordar de forma constante a questão do sistema de segurança coletiva global, visando a uma atuação da ONU por mais consenso na preservação da paz e na solução pacífica dos conflitos mundiais.

Delegação

Além de Cunha e Renan, a delegação brasileira no evento foi composta pelos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ciro Nogueira (PP-PI) e pelos deputados Átila Lins (PSD-AM), Beto Mansur (PRB-SP), Gilberto Nascimento (PSC-SP), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Bruno Araújo (PSDB-PE), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Jovair Arantes (PTB-GO), Mendonça Filho (DEM-PE), André Figueiredo (PDT-CE), Arthur Oliveira Maia (SD-BA), Andre Moura (PSC-SE), Rubens Bueno (PPS-PR) e Rodrigo Maia (DEM-RJ). Houve também encontros bilaterais com parlamentares da Rússia e da China.

(Com Agência Câmara)



Renan anuncia em Moscou a criação de comissão no Congresso brasileiro para acompanhar o Brics

Renan se reúne com presidente do Conselho da Federação Russa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o da Câmara, Eduardo Cunha, participaram no domingo de almoço oferecido pela presidente do Conselho da Federação Russa (câmara alta do Parlamento), Valentina Matvienko.

Segundo Sergei Naryshkin, porta-voz da Duma (câmara baixa do Parlamento), o 1º Fórum Parlamentar

do Brics pode ser considerado um dos passos preparatórios para a 7ª Cúpula do Brics, marcada para os dias 8 e 9 de julho na cidade russa de Ufa.

A expectativa é de que o 1º Fórum Parlamentar reúna 100 convidados, entre palestrantes e membros dos parlamentos de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Em Cuba, Parlatino discute políticas de saúde

Uma delegação do Congresso Nacional participou da reunião da Comissão de Saúde do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), que aconteceu entre quinta-feira e sábado, em Cuba. Na pauta do evento, estiveram as políticas de saúde pública na América Latina, a equidade de gênero e a integração do continente americano.

Integrante da delegação, o senador Roberto Rocha (PSB-MA) visitou estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Cuba, em Havana.



Roberto Rocha (C), Flexa (2º à dir.) e Cássio (D) durante a reunião em Havana

A delegação de parlamentares brasileiros — composta ainda pelos senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Hélio José

(PSD-DF) — reuniu-se com o embaixador do Brasil em Cuba, Cesario Melantonio. Eles conversaram sobre os resultados da reunião do Parlatino.

Texto muda critério para microempreendedor

O Plenário do Senado pode aprovar hoje projeto de lei do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) que amplia o valor da receita bruta exigida para que um empresário individual possa ser enquadrado como microempreendedor individual (MEI) e, dessa forma, optar pelo sistema de recolhimento de impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional. Se aprovada, a proposta (PLS 195/2010 — Complementar) seguirá para a Câmara.

Atualmente, a Lei Complementar 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da

Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, classifica como MEI o empresário individual que tenha obtido, no ano-calendário anterior, receita bruta de até R\$ 60 mil. O projeto eleva esse patamar para até R\$ 72 mil anuais.

Embora amplie o valor da receita bruta do MEI para adesão ao Simples, a proposta mantém inalterados os valores de contribuição do empresário individual para a seguridade social, o ICMS e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Ao justificar o projeto, Gurgacz considerou a necessidade

de aumentar o grau de formalização da economia mediante a adesão dos potenciais MEIs ao Simples Nacional, avaliada por ele como “desalentadora”.

Dados do Cadastro Central de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em 2012 revelam o registro de 659,7 mil empreendedores individuais à época. O número de assalariados contratados por MEIs em 2010 resumia-se a 4,1 mil pessoas, com salário médio de R\$ 1,3 mil. Os gastos com salário e outras remunerações dos MEIs chegaram, naquele ano, a R\$ 14,1 milhões.

Comissão faz audiência para tratar de rombo no Postalís

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) faz hoje audiência pública com a diretoria do Postalís — Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos sobre o rombo no fundo, que seria de R\$ 5,6 bilhões, conforme a imprensa. A audiência foi pedida pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Participam da reunião Angelo Donga, conselheiro fiscal do fundo; o presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios, José Aparecido Gandara; a chefe de gabinete do diretor-presidente do Postalís, Maria Auxiliadora da Silva; o presidente dos Correios, Wagner de Oliveira; o diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Carlos Alberto de Paula; o secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares, José dos Santos Neto; e o presidente da Associação dos Profissionais dos Correios, Luiz Alberto Barreto.

Os problemas de gestão do Postalís se iniciaram em 2008.

No entanto, segundo Flexa Ribeiro, o governo federal fez pouco caso do problema. Em 2013, o Ministério Público (MP) chegou a pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU) que investigasse junto à Pevic as circunstâncias da aplicação dos recursos do fundo em ações do grupo EBX, do empresário Eike Batista. À época, o MP investigava a ajuda de órgãos públicos às empresas de Eike.

“Acredito que esse gravíssimo problema merece o cuidado do Congresso, pois envolve recursos preciosos para os participantes e assistidos, bem como, no caso das empresas estatais, de risco para o patrimônio público”, argumenta Flexa na justificativa do requerimento para a audiência.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h30

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoMeioAmbiente>

Em debate organizado em Florianópolis, Paulo Paim disse que Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa deve apresentar texto alternativo ao que saiu da Câmara

Audiência em SC aponta falhas da terceirização

O PROJETO QUE regulamenta a terceirização (PLC 30/2015) foi debatido ontem em Florianópolis num evento coordenado pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS).

Na visão do parlamentar, o projeto, tal como saiu da Câmara, não será aprovado no Senado. Paim definiu o projeto como “um retrocesso e um atraso”. Ele chegou a dizer que a ampliação das possibilidades de terceirização significa “rasgar a Consolidação das Leis do Trabalho e a Constituição”.

— Eu tenho dito, simbolicamente, que seria quase que rasgar a própria Lei Áurea. Seria a volta do trabalho escravo — disse Paim.

Realizado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o debate contou com a presença de deputados federais, deputados estaduais e representantes da Justiça e do Ministério Público do Trabalho, de centrais sindicais e de entidades que atuam em defesa do trabalhador.

Paim disse temer que, com as propostas de mudanças, muitos direitos conquistados pelos trabalhadores sejam comprometidos. Na opinião do senador, os sindicatos terão dificuldade em saber a que categoria pertencem os trabalhadores. Ele prevê a figura do “trabalhador de aluguel”, já que uma empresa terceirizada pode levar um grupo de trabalhadores para prestar serviço em uma empresa de transporte



Assembleia de Santa Catarina sediou o primeiro debate itinerante a respeito da terceirização

Unifil/Cabinete - Senador Paulo Paim

em uma semana e, na semana seguinte, a uma empresa da área de alimentação, por exemplo.

Segundo Paim, o projeto desorganiza o mundo do trabalho, comprometendo direitos básicos como férias e acordos coletivos. A segurança e a higiene do trabalho, de acordo com o senador, também ficarão comprometidas. Para ele, o terceirizado deve pertencer à categoria a que presta serviço e ter seus direitos ampliados.

— Queremos rejeitar esse projeto e aprovar outro, para qualificar a vida dos trabalhadores terceirizados — afirmou o senador, sinalizando que um

novo projeto deve ser construído com a participação de toda a sociedade e apresentado na CDH.

Os sindicalistas foram unânimes em defender a rejeição ou o arquivamento do projeto. Eles apontaram que a terceirização precariza os salários e as relações de trabalho. Para a deputada estadual Ana Paula Lima (PT), o momento pede a união da classe trabalhadora para debater o assunto. A deputada classificou o projeto de “absurdo e esdrúxulo”:

— Terceirizados trabalham três horas a mais por semana e ganham 35% menos. Em alguns setores, como nos

bancos, essa perda chega a 70%.

O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina Amarildo Carlos de Lima afirmou que o projeto, se aprovado da forma como está, vai precarizar as condições de trabalho. Ele apontou que não é uma boa prática passar para um terceiro “aquilo que é o filão do seu desenvolvimento empresarial”, pois essa prática pode se voltar contra o próprio empresário

Calendário

De acordo com Paim, a CDH vai realizar audiências em todos os estados para debater a terceirização. Ele apontou que as audiências itinerantes têm o objetivo de mobilizar a sociedade para rejeitar o projeto da Câmara. Paim, que será relator da proposta na CDH, acrescentou que as audiências nos estados permitem uma oportunidade importante para ouvir sugestões da população na construção do seu relatório.

No dia 19, o debate será em Curitiba. Ainda neste mês, estão programadas audiências em Porto Alegre, no dia 25; no Rio, no dia 26; e em São Paulo, no dia 29. Em julho, serão realizadas reuniões no Recife, no dia 3; em Fortaleza, no dia 20; em João Pessoa, no dia 23, e em Manaus, no dia 29. Completam o calendário de julho, no dia 31, os debates em Belém, pela manhã, e em Macapá, à tarde.

(Com Agência Assembleia Legislativa de Santa Catarina)

Collor comenta resultado de pesquisa sobre reforma política

Fernando Collor (PTB-AL) apresentou resultados da pesquisa, solicitada por ele ao DataSenado, sobre as propostas que apresentou para a reforma política que está em discussão no Congresso Nacional. As propostas foram reunidas por ele no livro *Reconstrução Política Brasileira*.

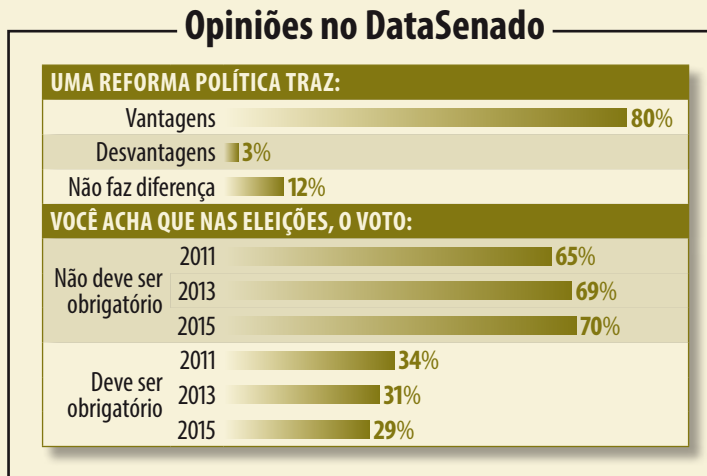
Collor revelou que, segundo a pesquisa, 80% acreditam que a reforma trará vantagens; 91% apoiam a redução do número de deputados e 88% concordam com a diminuição do número de senadores.

Além disso, 70% são favoráveis ao voto facultati-



Das 33 propostas apresentadas pelo senador, 18 tiveram apoio da maioria

vo; 66% querem redução do tempo de campanha; 84% defendem a proibição de ofensas durante a campanha; 88% concordam com um limite para os gastos e



72% apoiam o fim do horário político nos anos em que não houver eleição.

O senador explicou que esses são alguns dos números, acrescentando que as

linhas gerais de 18 de suas 33 propostas contaram com apoio da maioria dos entrevistados. A pesquisa ouviu 1,1 mil pessoas e têm margem de erro de 3%.

Na opinião de Collor, esse levantamento deixou claro que o brasileiro quer menos de tudo:

— De um modo geral, a população quer menos tudo: menos políticos, menos candidatos, menos partidos, menos mandatos, menos tempo de exercício de mandatos, menos eleições, menos campanha, menos gastos, menos propaganda, menos financiamento eleitoral e menos privilégios para autoridades. E essa foi, a concepção básica da proposta — afirmou o senador.

Resultado completo da pesquisa: www.senado.leg.br/transparencia

Pontos aprovados na Câmara recebem críticas dos senadores

As mudanças da reforma política aprovadas até agora pela Câmara estão aquém do que poderia ter sido mudado. Essa é a opinião de senadores que se manifestaram semana passada em Plenário. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que quem defende mudanças substanciais nos modelos do sistema político-eleitoral ficou decepcionado.

— Não aconteceu nenhuma novidade na Câmara. Quero

crer que o Senado terá que adotar outras alternativas inclusive sobre alguns temas sobre os quais já se pronunciou — disse o senador, que disse confiar na habilidade do presidente Renan Calheiros para buscar um consenso com a Câmara.

Os pontos da reforma (PEC 182/2007) aprovados pela Câmara na última semana incluem a manutenção do sistema de eleição de de-

putados e vereadores; o fim da reeleição para chefes do Executivo; o corte do Fundo Partidário de legendas sem congressistas; e a permissão doações de empresas a partidos, e de pessoas físicas a partidos e candidatos.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) concordou com Valadares. Para ele, o que a Câmara votou é o aprofundamento da crise do sistema político brasileiro. O senador disse

considerar a cláusula de barreira votada pela outra casa é “ridícula”.

— Basta a eleição de um parlamentar que todos os direitos estarão consagrados para todos os nanopartidos — criticou Randolfe, que apontou a existência de candidatos que usam os partidos para vender a legenda.

O senador também criticou a forma como a votação foi feita e acusou o presi-

dente da Câmara, Eduardo Cunha, de promover um golpe para aprovar o texto. Alguns deputados governistas acusaram os líderes da oposição e o presidente da Câmara de quebra de acordo, já que o tema teria sido votado duas vezes.

Hélio José (PSD-DF) disse confiar no bom senso de Renan Calheiros e do Plenário para que a reforma política atenda aos anseios do país.



O senador Telmário Mota (C) presidiu a audiência pública com o professor Ivair dos Santos, o frei David Santos, a jornalista Luciana Barreto e o senador Hélio José

Pobres e negros são os mais afetados pelo ajuste fiscal, dizem debatedores

Participantes de audiência criticaram corte em programas sociais e no financiamento estudantil. Governo não enviou representante ao Senado

O AJUSTE FISCAL adotado pelo governo prejudicará os mais pobres, especialmente os negros, disseram ontem os debatedores que participaram de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Eles citaram especificamente o corte de verbas dos programas sociais. Representantes do governo foram convidados a participar do debate, mas não compareceram.

Para o diretor da ONG Educafro, frei David Santos, a ausência de representantes dos Ministérios da Educação, do Planejamento, da Fazenda e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial demonstra que o governo não tem respostas para os problemas que afligem a população negra:

— Todos os representantes do governo fugiram da audiência porque eles não têm respostas para as nossas verdades, para as nossas dores.

A Educafro não aceita que as respostas à crise econômica sejam lançadas novamente nas costas da população negra.

Ele criticou o corte de recursos para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial:

— Tem o menor orçamento de todos os ministérios do governo Dilma. Mesmo assim, Dilma e Levy [ministro da Fazenda] tiveram a ousadia de abusar de nós, negros, de nos humilhar, cortando 58% da verba de secretaria.

Financiamento

Como exemplo do impacto das medidas econômicas sobre a população negra, o frei David citou o contingenciamento de verbas federais para a educação. Segundo ele, a diminuição de repasses para universidades públicas e para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) levaram muitos negros a abandonar os estudos.

— Quem serão os mais afetados na fila do desemprego?

Serão os negros de baixa renda e sem diploma — afirmou.

O professor da Universidade de Brasília (UnB) Ivair Augusto Alves dos Santos cobrou maior diálogo do Palácio do Planalto com os movimentos sociais. Segundo ele, é preciso avançar no combate ao “genocídio da população negra” e no combate ao preconceito. Santos defendeu a criação de um fundo com esse objetivo:

— Queremos conversar com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento e dizer o seguinte: “Qual a proposta que o governo tem para combater o racismo e a desigualdade racial? Quanto tem de recursos para poder fazer isso?”

Hélio José (PSD-DF) anunciou que proporá uma nova audiência, dessa vez garantindo a presença de representantes do governo:

— Nós precisamos da presença de todos, para podermos

dizer ao Brasil os pontos de vista, principalmente os dos nossos órgãos públicos.

Telmário Mota (PDT-RR) leu uma mensagem do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que não participou do debate em razão de outro compromisso. No texto, Paim afirma que os negros serão mais impactados pelas medidas do ajuste fiscal por terem menos oportunidades no mercado de trabalho e salários mais baixos.

Além do contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões em gastos da União em 2015, o ajuste fiscal adotado pelo governo endurece as regras para a concessão do seguro-desemprego, do seguro-defeso e do abono salarial. Também altera as normas para o recebimento do auxílio-doença e da pensão por morte, impondo carências e tempo para esse direito conforme a faixa de idade do beneficiário. Outro ponto do ajuste eleva tributos incidentes sobre as importações.

Gleisi pede mais debate sobre maioria penal

Em discurso ontem, Gleisi Hoffmann (PT-PR) voltou a manifestar-se contra a proposta de redução da maioria penal, em análise na Câmara. Ela defendeu debate mais detalhado e elogiou a proposta do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, de aumentar o tempo de internação do adolescente que comete ato equivalente a crime hediondo.

A senadora comemorou a recondução de José Graziano, ex-ministro de Combate à Fome, para a direção-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Alvaro destaca fórum Schoenstatt em Brasília

Alvaro Dias (PSDB-PR) saudou ontem a realização do 8º Fórum Nacional da Juventude Masculina do Movimento Schoenstatt do Brasil, ocorrido entre 4 e 7 de junho, em Brasília.

— Os nossos cumprimentos a essa iniciativa, especialmente aos 102 líderes que se reuniram em Brasília e discutiram os problemas do país. E a nossa solidariedade, não só a esse movimento, mas a todo sentimento cristão que invade as famílias brasileiras. Sejam sempre bem-vindos ao Senado Federal.

Telmário Mota quer apuração de compra de terreno

Telmário Mota (PDT-RR) pediu aos órgãos de controle do governo federal que investiguem denúncia da revista *IstoÉ* de que 26 hectares de uma fazenda da família do senador Romero Jucá (PMDB-RR) foram comprados pela Caixa Econômica Federal por R\$ 4 milhões para construção de casas do Programa Minha Casa, Minha vida. Pelo valor de mercado, porém, segundo a revista, o imóvel custaria R\$ 1,5 milhão.

Telmário disse conhecer a área:

— Não vale esse preço e [o caso] precisa ser apurado. Meu estado não aguenta nem convive mais com esse tipo de procedimento.

Ministro da Educação apresenta prioridades

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, participa de audiência na Comissão de Educação (CE) hoje, às 10h. Ele foi convidado a falar sobre as políticas e diretrizes da pasta para o biênio 2015-2016, além de prestar esclarecimentos sobre os cortes nos orçamentos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Desde que assumiu, no início de abril, será a primeira vez que Janine falará à comissão. O convite resultou de requerimentos de Romário (PSB-RJ), que preside a CE, e Simone Tebet (PMDB-MS).

O governo congelou R\$ 69 bilhões de todos os gastos previstos para o ano, na ten-

tativa de cumprir a meta fiscal de 1,2% do PIB. No Ministério da Educação, o bloqueio foi de R\$ 9,42 bilhões. O valor do orçamento aprovado pelo Congresso, de R\$ 48,81 bilhões, recuou para R\$ 39,38 bilhões, com redução de 19,3%.

O Fies garante financiamento subsidiado (taxas abaixo das de mercado) para estudantes se matricularem em instituições privadas de ensino superior. Até maio, o governo desembolsou R\$ 3,5 bilhões, o que representou R\$ 2,5 bilhões a menos em relação a mesmo período de 2014. A diferença é atribuída a adiamentos e atrasos nos pagamentos, além de expressar a fixação de teto para as mensalidades.

Até 2014, quem houvesse feito o Exame Nacional do

Ensino Médio (Enem) poderia ser beneficiário, mas, a partir deste ano, só pôde contratar o Fies aquele que obteve a média de 450 pontos no exame e não tirou nota zero na redação.

Além do mais, o sistema de matrículas no Fies pela internet, inclusive para a renovação de contratos antigos, apresentou falhas que dificultaram o acesso dos alunos às matrículas. O problema motivou abertura de ações na Justiça pela prorrogação de prazos.

Quanto ao Pronatec, que custeia o ensino técnico para jovens e adultos, houve atraso no pagamento de escolas privadas desde outubro do ano passado. Neste ano, o início das aulas foi adiado para julho e houve redução das vagas. O governo não divulgou o balan-

ço total, mas muitas escolas afirmam que conseguiram menos da metade das vagas do edital anterior.

A audiência contará com o serviço de língua brasileira de sinais e será realizada em caráter interativo, em que o cidadão poderá participar por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 10h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoEducacao>

Audiência avalia programa de proteção à mulher

Casa da Mulher Brasileira prevê a criação de espaços destinados a abrigar vítimas de agressão, oferecendo a elas serviços como capacitação profissional e acesso à Justiça

A CPI MISTA de Combate à Violência contra a Mulher faz audiência pública hoje para debater a implantação e a expansão do programa federal Casa da Mulher Brasileira, que abriga vítimas de agressões. Na reunião, serão também avaliados os avanços da Lei Maria da Penha e dificuldades na implantação de medidas destinadas à erradicação da violência contra as mulheres.

Pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, participa Aparecida Gonçalves. Outro participante deverá ser o promotor de Justiça Thiago Pierobom de Ávila, que coordena o Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Entre os convidados, estão ainda a delegada-chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, Ana Cristina Melo Santiago, além da coordenadora nacional da União Brasileira das Mulheres, Lúcia Rincón.

A Casa da Mulher Brasileira integra num mesmo espaço físico serviços destinados às mulheres vítimas de agressões, com o objetivo de prevenir e solucionar casos de violência doméstica e sexual. A intenção é proporcionar atendimento integral e humanizado à

mulher, com ações que vão do acolhimento e apoio psicossocial à proteção, além do encaminhamento a serviços de capacitação profissional e acesso ao sistema de Justiça.

Até agora, duas foram instaladas no país: uma em Campo Grande e outra em Brasília, inaugurada há uma semana. Nas unidades, há alojamento para abrigo emergencial de mulheres e filhos, por até 24 horas. Há ainda delegacia especializada para abrir inquérito e investigar os crimes. Os órgãos da Justiça estão representados pela Defensoria Pública, que presta assistência jurídica; pelo Ministério Público, responsável pela ação penal; e por um juizado e uma vara especializados em causas de violência doméstica e familiar.

Lei Maria da Penha

Os serviços ofertados se apoiam em diretrizes estabelecidas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que estabeleceu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A norma alterou ainda o Código Penal para possibilitar que os agressores em âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada. Para efeito da lei, o homem



Casa inaugurada neste mês em Brasília: até agora, duas instituições foram entregues pelo programa do governo federal

também poderá ser a vítima de eventuais violências.

Os agressores não poderão mais ser punidos com penas alternativas. Além disso, o tempo máximo de detenção previsto aumentou de um para três anos (apenas pelas agressões, não ficando excluídas penas específicas para outros crimes). A legislação prevê ainda medidas que vão da remoção do agressor do domicílio à proibição de aproximar-se da mulher agredida.

A lei ganhou esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica cearense. Ela foi casada com o professor

universitário Marco Antonio Heredia Viveros, que tentou assassiná-la duas vezes. Devido à violência dos atos, ela ficou tetraplégica. Finalmente, tomou coragem para denunciar o agressor, que foi julgado e acabou cumprindo apenas dois anos de prisão.

A CPI é presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), com a deputada Keiko Ota (PSB-SP) como vice. A relatora é a deputada Luizianne Lins (PT-CE).

Antes da audiência, as senadoras e deputadas que integram a CPI devem analisar quatro requerimentos, entre os quais um pedido da

senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para diligências, em cada região brasileira, para esclarecimentos e informações das autoridades sobre as políticas públicas de combate à violência contra a mulher.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 14h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

▶ Twitter: @agencia_senado

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoMulher>

Comissão vota medida provisória que altera tabela do Imposto de Renda

Está marcada para hoje a votação do relatório da Medida Provisória (MP) 670/2015, que reajusta a tabela do Imposto de Renda, na comissão mista que analisa o texto.

Não deve haver mudanças no reajuste previsto na MP: 6,5% para as duas primeiras faixas de renda, 5,5% para a terceira, 5% para a quarta e 4,5% para a quinta e a última. A renda mensal máxima para isenção passa a ser de R\$ 1.903,98.

Segundo o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), devem ser incluídos na MP pontos em que não houve acordo durante a votação de outros textos. Uma das emendas, de acordo com o

senador, foi negociada com a bancada do Nordeste no dia em que foi mantido o veto à MP 656/2014. Uma das partes vetadas prorrogava até 2042 contratos entre geradoras de energia e empresas que são grandes consumidoras. Na semana passada, Eunício informou que o Planalto estava alterando o texto.

A outra emenda que o senador deve aceitar permite ao governo pagar o Garantia-Safra, seguro voltado a agricultores da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que sofrem perda de safra por seca ou excesso de chuvas. Segundo Eunício, há o dinheiro, mas o empenho não foi feito no ano passado.

Subcomissão decide hoje se solicita a ministros informação sobre obra inacabada

A Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), vota pedidos de informações sobre obras inacabadas ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz, ao ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e ao ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) Valdir Moysés Simão.

Os requerimentos são assinados por Ataídes Oliveira (PSDB-TO), presidente da subcomissão. O senador pede que as três autoridades indiquem as obras financiadas com recursos da União que

se encontram paralisadas, atrasadas ou que já tenham recursos liberados, mas não foram iniciadas.

Ele quer saber qual o tipo e onde se localiza cada uma dessas obras, as datas de início e de paralisação da obra, os valores já pagos e os motivos da paralisação.

Criada em abril, a subcomissão tem como objetivo acompanhar e fiscalizar os recursos federais investidos em obras inacabadas, listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontar as causas, identificar responsabilidades e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas e evitar novas ocorrências.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Edição: Silvío Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Audiência promovida pela CPI do Assassinato de Jovens ouviu representantes de organizações da sociedade civil, que discutiram possíveis estratégias para enfrentar a violência

Controle de armas reduz crime, diz debatedor

“DURANTE A MINHA fala, duas pessoas vão ser assassinadas no Brasil, provavelmente jovens, negros e habitantes das periferias das grandes cidades do país.” Foi assim que Ivan Marques, diretor-executivo do Instituto Sou da Paz, começou sua participação na audiência pública promovida ontem pela CPI do Assassinato de Jovens.

O perfil das vítimas foi confirmado em levantamento da entidade que analisou todos os boletins de ocorrência ligados a homicídio na cidade de São Paulo por três semestres, em 2012. Para Marques, a sociedade está insensível, vivendo uma “epidemia de indiferença” mesmo diante de dados alarmantes — como o levantamento do Ministério da Saúde que revela o assassinato por arma de fogo de quase meio milhão de jovens no país entre 1980 e 2012.

O instituto ataca o problema em diversas frentes: da prevenção, com a Justiça juvenil, até o aprimoramento da gestão pública de segurança, além da realização de pesquisas originais e a qualificação do trabalho policial. No entanto, é no controle de armas que a entidade mais aposta para re-

duzir o número de homicídios. O instituto considera a lei do desarmamento um avanço na legislação brasileira.

— A arma de fogo é o instrumento que potencializa essas mortes. É óbvio que o problema é muito maior e anterior à simples questão das armas, mas a gente tem que encarar a realidade de que o Brasil tem uma sociedade violenta — afirmou.

Curso para policiais

Já a organização Viva Rio, criada em 1993, investe em projetos de formação policial e articulação comunitária. O representante da entidade, Fabiano Monteiro, citou como exemplo o curso de aperfeiçoamento da prática policial cidadã que é desenvolvido há 13 anos em parceria com a PM do Rio de Janeiro. No curso, os policiais são levados a refletir sobre situações concretas nas quais o trabalho possa ter sido mal desempenhado. Mesmo assim, Monteiro lamenta que o programa não tenha obtido muitos avanços, nem com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que têm atuação mais preventiva nas comunidades:

— Ao final da formação, há



No debate presidido por Lídice (C), convidados citaram dados como a morte de meio milhão de jovens entre 1980 e 2012

uma mudança de discurso, ou seja, o reconhecimento de que assegurar direitos é uma função da polícia. Mas, por outro turno, a gente percebe que o policial não se desapega do discurso de que o enfrentamento é sua missão precípua.

Um dos desdobramentos do programa foi o curso de cidadania e acesso à rede de proteção social, que promove a aproximação da polícia com órgãos que embasam a garantia de direitos para jovens e pobres: caso dos centros de re-

ferência de assistência social, centros especializados para tratamento da dependência de álcool e drogas e conselhos tutelares.

O Viva Rio defende uma mudança de filosofia nos processos de seleção e formação dos agentes de segurança, com a coibição de práticas racistas, sexistas e homofóbicas dentro das corporações.

Outra solução apontada foi o empoderamento dos atores locais comprometidos com a redução da violência, a exem-

plo de líderes comunitários e associações de moradores que desenvolvem um trabalho sem visibilidade e que, por isso mesmo, não consegue ser replicado. Monteiro cita ainda a revisão da Lei de Drogas, que ele considera essencial.

— Uma política de drogas que confunde traficante e usuário produz uma quantidade absurda de mortes desnecessárias — concluiu.

O debate foi coordenado pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que preside a CPI.

Parlamentares analisam relatório da MP do Futebol

A comissão mista que analisa a MP do Futebol (671/2015) deve apreciar hoje o relatório do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ). A versão preliminar do texto, apresentada na terça passada, cria a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (LRFE). São 50 diretrizes que buscam alterar a gestão do futebol no país. O relatório ainda pode sofrer mudanças até a votação.

A LRFE, prevista no texto, estabelece que o clube que não tiver a Certidão Negativa de Débito (CND) em dia será rebaixado da divisão em que está classificado, tanto em nível nacional quanto estadual. Também determina que no máximo 70% da receita bruta

dos clubes deverá ser utilizada no futebol profissional. Além disso, os estatutos dos clubes terão que prever o afastamento e a inelegibilidade dos dirigentes condenados por gestão temerária.

Otavio Leite propõe, entre outras medidas, a criação de uma nova loteria instantânea ou “raspadinha”, a Lotex, em parceria com a Caixa Econômica Federal. O relator entende que a loteria ajudará os clubes a honrarem o parcelamento de seus débitos com o governo (em valor hoje superior a R\$ 4 bilhões). Parte dos recursos deverão ser utilizados pelos clubes na iniciação esportiva escolar e em cotas para ingressos populares

em todos os jogos.

O relatório também prevê uma “escala de transição” no pagamento da dívida para os clubes que aderirem ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol (Profut). O prazo de 240 meses para a quitação do débito ficou mantido, porém a cobrança da totalidade de cada parcela só passa a vigorar a partir do sexto ano (72 meses). Nos dois primeiros anos, será paga apenas a metade de cada parcela; no terceiro e no quarto anos, 75%; e no quinto ano, 90%.

A reunião para a análise do relatório está marcada para as 14h30, na sala 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado.

Nomes para embaixadas no exterior são avaliados

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabatina hoje três diplomatas indicados pela Presidência da República para o posto de embaixador do Brasil. Enio Cordeiro foi indicado para a Embaixada do Brasil no México, Roberto Abdalla para a embaixada no Catar e Arthur Henrique Villanova Nogueira para a da Mauritània.

Será lida a mensagem que indica Carlos Antonio da Ro-

cha Paranhos para a embaixada na Lituânia, mas a sabatina ainda não foi marcada.

O México localiza-se na América do Norte, tem mais de 123 milhões de habitantes e é um grande parceiro comercial do Brasil há muitas décadas.

O Catar é um país árabe do Golfo Pérsico com pouco mais de 2 milhões de habitantes. A capital é Doha. Na última década, sua economia vem

crescendo a altas taxas. Os principais produtos são gás, petróleo e petroquímicos. Pequeno — apenas 11,4 mil quilômetros quadrados —, o país tem alta renda per capita.

A Mauritània fica no noroeste da África — dois terços do território no deserto do Saara — e tem cerca de 3 milhões de habitantes. A capital é Nuakchott. É um dos países mais pobres do continente.

Simone critica iniciativa do governo de discutir reforma tributária

O governo não deve propor uma discussão de reforma tributária como forma de impor sua vontade ao Congresso, afirmou Simone Tebet (PMDB-MS).

Ela lembrou que o Legislativo criou comissão para sugerir regras de um novo pacto federativo, especialmente em relação à distribuição do dinheiro arrecadado entre União, estados e os municípios. Porém, segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo discute o



assunto para desarmar eventual pauta legislativa, relatou ela.

A senadora afirmou que a pauta do Congresso não é contrária ao governo, mas a favor dos estados e municípios. Para Simone, o que o país fez, nos últimos anos, foi retalhar o sistema tributário.

— A conta não fecha: aumenta-se a responsabilidade dos estados e municípios e tiram-se os recursos para que eles possam realizar os serviços mais essenciais.

Fim da guerra fiscal pode prejudicar regiões mais carentes, diz Medeiros

José Medeiros (PPS-MT) disse que a redução e a equalização das alíquotas do ICMS para acabar com a guerra fiscal entre os

estados pode inviabilizar as políticas de incentivos fiscais para atrair investimentos às regiões mais carentes do país. Ele acredita que é preciso ter regras gerais, mas observa que retirar a autonomia de estados carentes para atrair investimentos pode comprometer ainda mais a economia



deles. O senador citou a política de incentivos de Mato Grosso, que beneficiou 462 empresas e gerou 435 mil empregos entre 2004 e 2011, e ressaltou o potencial do setor primário do estado.

— Temos um estado de oportunidades que não pode ser desperdiçado. Retirar de Mato Grosso os meios de que dispõe para potencializar essas oportunidades não é apenas injusto para com o estado: é nocivo para o país.

Correndo para aprovar os planos de educação

Cumprimento das 20 metas previstas pelo Plano Nacional de Educação depende de que estados e municípios sancionem planos que mostrem as necessidades locais

Joseana Paganine

TERMINA NO DIA 24 o prazo para municípios e estados aprovarem seus planos de educação. A data está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado há um ano. Tudo indica, no entanto, que a maior parte terá dificuldade para cumprir a exigência.

Aprovado pelo Congresso Nacional a partir de projeto de lei do Executivo, o Plano Nacional de Educação estabelece diretrizes, metas e estratégias para a área. Entrou em vigência no dia 26 de junho de 2014 e tem validade de dez anos.

Os planos municipais e estaduais são parte essencial do plano nacional, pois são o principal instrumento para fazer cumprir as 20 metas previstas, que abrangem desde a creche até a universidade. A eles cabe adaptar as estratégias do plano nacional às reali-

dades regionais e garantir a continuidade das ações.

Apenas 179 dos 5.570 municípios brasileiros haviam sancionado planos de educação até o dia 1º — 3,2 % do total. Nenhum município do Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Rio Grande do Norte, Piauí e Amazonas completou esse processo.

A maior parte das prefeituras ainda está na fase de elaboração da proposta. Essa etapa inclui constituir uma comissão que vai fazer um diagnóstico da educação no município, produzir um documento-base que será submetido à consulta pública e, por fim, elaborar um projeto de lei para apresentação na câmara legislativa municipal.

Em relação aos planos estaduais, a situação também é complicada. Apenas Mato Grosso, Mato Grosso do Sul



Alunos de escola pública na Asa Sul, em Brasília: o Distrito Federal também não aprovou seu plano de educação

e Maranhão sancionaram seus planos de educação. São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Alagoas, Ceará e Acre são os mais atrasados, tendo produzido apenas o documento-base.

Motivos

De acordo com a assessora da organização não governamental Ação Educativa, Ananda Grinkraut, o prazo de um ano foi curto porque 2014 foi atípico, com Copa de Mundo e eleições.

— Cumprir os prazos é fundamental, mas não podemos deixar que a pressa prejudique a participação da comunidade na elaboração dos planos e diminua a qualidade do trabalho — ponderou.

José Pimentel (PT-CE), relator no Senado da proposta que deu origem ao plano, defende o prazo, que foi decidido nas conferências de educação:

— Por que atrasou? Porque no Brasil existe a velha prática de só entregar no último minuto. Não pensamos em votar um novo prazo, pois isso vai prejudicar as crianças.

O secretário de Assuntos



Segundo o senador José Pimentel, o prazo não será estendido

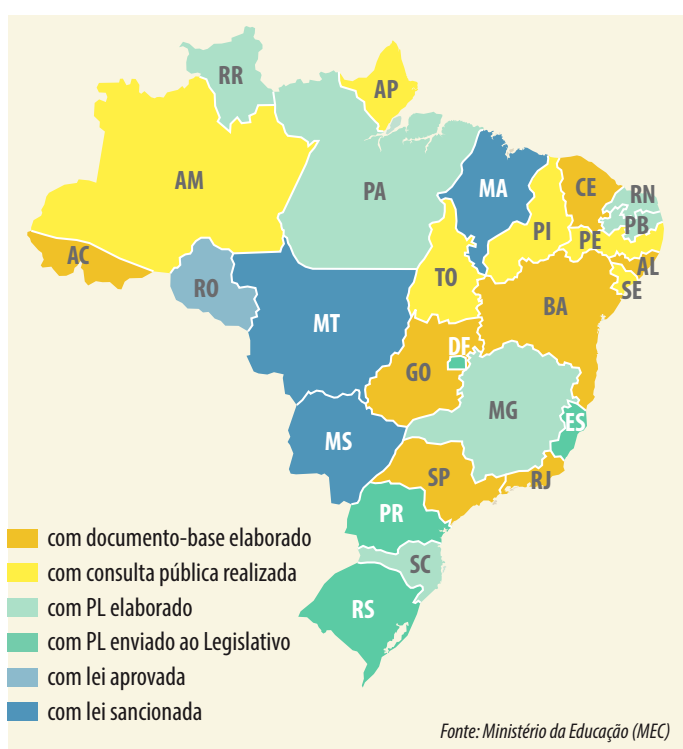
Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, acredita que não há interesse por parte dos governantes em cumprir o PNE, pois não é uma política de governo, mas de Estado; não dura um mandato, mas dez anos.

— Com o PNE anterior, de 2000 a 2010, já houve esse problema — lembrou.

A lei não aponta punições para quem não cumprir o prazo, mas, segundo o Ministério da Educação, verbas suplementares para programas serão destinadas prioritariamente a quem tiver sancionado os planos.

Situação dos estados

Até 1º de junho, apenas três estados haviam sancionado planos de educação



Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Municípios por estado

Dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 179 sancionaram a lei

■ com lei sancionada
■ com lei aprovada
■ com PL enviado ao Legislativo

Estado	com lei sancionada	com lei aprovada	com PL enviado ao Legislativo
RS	33	5	58
SC	8	5	78
PR	16	9	114
SP	26	11	72
RJ	0	0	6
ES	2	2	16
MG	14	6	100
BA	21	3	22
SE	0	0	1
AL	0	0	5
PE	1	4	19
PB	2	3	17
RN	0	3	53
CE	21	9	49
PI	0	1	5
MA	12	0	17
TO	5	9	46
PA	3	5	11
AP	0	0	0
RR	0	0	0
AM	0	0	1
AC	0	0	0
RO	0	0	5
MT	5	0	15
MS	4	1	5
GO	6	16	65
Total	179	92	780

Fonte: Ministério da Educação (MEC)

PNE tem metas a serem cumpridas até 2024

O Plano Nacional de Educação prevê 20 metas a serem atingidas em 10 anos. A que mais gerou debate no Congresso Nacional e na sociedade foi a última delas, que se refere aos recursos que devem ser destinados à área. Inicialmente, a proposta do governo era elevar para 7% do produto interno bruto (PIB) o montante de investimento em educação. Na década anterior, essa porcentagem havia crescido de 3,9%, em 2000, para 5,1%, em 2010.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação e especialistas alegaram ser necessário,

no mínimo, 10% para dar conta de todas as exigências das metas do PNE. A solução foi escalonar o aumento dos investimentos, que devem atingir 7% do PIB no quinto ano de vigência da lei e 10% ao final do decênio.

Outra meta importante é a que universaliza até 2016 a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade. Para isso, o Brasil terá de criar 1 milhão de vagas, de acordo com levantamento realizado em 2014 pelo movimento Todos Pela Educação com base na Pesquisa Nacional por Amos-

tra de Domicílio (Pnad) 2012. Atualmente, 20% das crianças nessa faixa etária estão fora da escola.

Para o secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, Heleno Araújo, a ausência dos planos estaduais e municipais pode prejudicar o cumprimento dessa meta. A Emenda Constitucional 59/2009 já havia estabelecido que todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos têm direito à educação.

— Chegaremos a 2016 e o Brasil poderá estar descumprindo a Constituição. Os planos são fundamentais para ajudar a cumprir esse papel.

Desigualdade federativa

Um dos problemas do sistema educacional do país é a desigualdade entre os entes federados. De acordo com a Constituição, os municípios devem ser responsáveis prioritariamente pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Os estados e o Distrito Federal, pelos ensinos fundamental e médio. E a União, pelo ensino superior e pela educação profissional.

A Constituição estabelece os percentuais mínimos de recursos para a educação sobre a receita de impostos: União, 18%; estados, Distrito Federal e municípios, 25%. Essa repartição penaliza os municípios, que possuem mais atribuições e menos recursos. A União fica com 57% do total arrecadado no país; estados, com 25%; e municípios, com 18%. Na oferta de vagas na educação básica, a situação se inverte: os municípios têm 23 milhões de matriculados; os estados, 19 milhões; e a União, pouco mais que 150 mil.

Para ajudar a corrigir as desigualdades, o PLS 320/2008, de Cristovam Buarque (PDT-DF), transfere para a União a melhoria da estrutura física das escolas e o atendimento de alunos em tempo integral. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e aguarda votação pela Comissão de Educação (CE).

Saiba mais

Plano Nacional de Educação
<http://pne.mec.gov.br/>

Observatório do PNE
<http://www.observatoriodopne.org.br/>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania